



BOLETIM DE MONITORAMENTO

AGO 2019

ACT
Promoção da **Saúde**

SUMÁRIO

Tabaco

Breve análise sobre o Grupo de Trabalho de Sérgio Moro e as pesquisas que o fundamentam

Por Laura Cury

O anúncio do Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a criação de um grupo de trabalho para estudar a redução de impostos sobre cigarros para conter o contrabando foi visto com grande preocupação por especialistas - nacionais e internacionais - da área da saúde e da economia e pela maioria da sociedade civil.

Pág 3

Alimentação

Anufood – A Indústria do Tabaco dentro de uma feira de Alimentos e Bebidas

Por Marília Albiero

O Anufood foi uma feira para o setor de alimentos e bebidas organizado por pela FGV Projetos e co-organização da Fiesp que aconteceu em São Paulo nos dias 12 a 14 de março de 2019.

Em seminário interno desta feira, as falas do William Dib, presidente da Anvisa e do Wilson Mello, Presidente do Conselho da ABIA não revelaram nenhum detalhe adicional de seu posicionamento alinhado e mais favorável ao modelo de semáforo para a rotulagem frontal dos alimentos.

Pág 7

Conhecendo a ABIR: visitando as incoerências entre seu Código de Ética e a real conduta.

Por Bruna Hassam

A Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (ABIR) inicia sua trajetória em 1950, no Rio de Janeiro, ainda como Associação dos Industriais de Bebidas Refrigerantes. A mudança de nome faz parte da incorporação de novas bebidas ao setor. De néctares a achocolatados, passando por águas, chás e energéticos, entre suas associadas estão incluídas grandes corporações transnacionais

Pág 10

Táticas da indústria no processo de revisão da rotulagem de alimentos – Exercitando a análise no caso brasileiro

Por Camila Maranhã

Processos de implementação da rotulagem frontal de alimentos vêm acontecendo mundo afora, conforme apresenta documento publicado nesse ano pelo World Cancer Research Fund International (WCRF), chamado "Building momentum: lessons on implementing a robust front-of-pack food".

Pág 15

Breve análise sobre o Grupo de Trabalho de Sérgio Moro e as pesquisas que o fundamentam

Por Laura Cury

O anúncio do Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a criação de um grupo de trabalho para estudar a redução de impostos sobre cigarros para conter o contrabando foi visto com grande preocupação por especialistas - nacionais e internacionais - da área da saúde e da economia e pela maioria da sociedade civil. Diversos estudos, inclusive provindos de instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Banco Mundial (BM), evidenciam como o aumento de impostos é considerado a maneira mais eficaz para a prevenção e a redução do consumo de cigarros, melhorando a saúde da população e aumentando a receita do cofre público, tanto por meio da arrecadação de impostos, quanto pelo decréscimo nos gastos em saúde pública e ganho em produtividade da população.

Portanto, é de se estranhar que, após tantos anos acumulados de estudos, tenha sido proposta a criação deste GT, baseado em um estudo proveniente da área econômica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), intitulado “Uma alternativa de combate ao contrabando de cigarro a partir da estimativa da curva de Laffer e da discussão sobre a política de preço mínimo”¹. Nele, os economistas Mario Antonio Margarido, Matheus Lazzari Nicola e Pery Francisco Assis Shikida buscam apresentar uma forma “inovadora” de combate ao contrabando de cigarro a partir da discussão da política de preço mínimo, concluindo que a eliminação da estratégia de preços mínimos, neste mercado, afetaria drasticamente a rentabilidade da indústria ilegal de cigarros.

Estes três mesmos autores já haviam sido referenciados, em publicação de 2017 intitulada “A lógica econômica do contrabando”², estudo apresentado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira (IDESF). Trata-se de uma instituição sediada em Foz do Iguaçu, sem fins lucrativos que, “por meio de estudos, ações e projetos, promove a integração entre as regiões de fronteira, o fortalecimento das relações políticas, sociais e econômicas e o combate ‘aos problemas próprios dessas regiões’”³. Entretanto, não se pode deixar de considerar que o IDESF é parceiro e associado à Souza Cruz, a maior companhia de tabaco do Brasil. Assim, dúvidas surgem sobre a necessidade e imparcialidade deste novo GT, que desconsidera diversas pesquisas anteriores, e se embasa em um instituto ligado à indústria do tabaco.

Não causa espanto que o estudo apresentado pelo IDESF tenha por objetivo “apresentar a lógica econômica que possibilita o reequilíbrio de mercado, incorporando uma significativa parcela do contrabando de cigarros para o mercado formal, aumentando desta forma a arrecadação do Estado”⁴. Este estudo almeja comprovar que “é possível aumentar a arrecadação no mercado de tabaco trabalhando com alíquotas menores nos segmentos de menor preço; calcular em

quanto o Governo incrementaria sua arrecadação se o mercado dos segmentos de menor preço absorvesse a parcela ocupada pelo mercado ilegal; comprovar que a absorção do contrabando pelo mercado formal é a ferramenta mais efetiva para o aumento da arrecadação; demonstrar que o aumento das alíquotas não diminui o consumo do tabaco, mas sim produz a migração para os produtos contrabandeados”⁵.



O estudo prossegue afirmando que também devem ser considerados os gastos indiretos com saúde por conta do consumo de produtos contrabandeados, que não passam por controle de qualidade e sanitário, e que “apresentam concentrações dos íons metálicos [...] superiores aos permitidos”⁶. As altas contaminações por estes metais podem, segundo documento publicado pelo IDESF, estar associadas a falsificação utilizando materiais impróprios para o consumo humano, tal como exposto em estudos realizados na UNIOESTE (mesma universidade do estudo da Curva de Laffer, encontrada no Sul, principal região fumageira do país) pela Prof. Dra. Nair Rodrigues Marcondes, que teria encontrado, no interior de 20 marcas de cigarros contrabandeados analisados, fragmentos de insetos, plástico, tecido, entre outros componentes prejudiciais à saúde.

Diversos pontos sobre as teses desenvolvidas devem ser problematizados. O primeiro e mais influente argumento utilizado pela indústria do tabaco e pesquisadores a ela ligados é a teoria sobre a Curva de Laffer e a relação entre impostos e contrabando. A Curva de Laffer é uma teoria desenvolvida por Arthur Laffer que ficou popularizada nos Estados Unidos no final das décadas de 1970 e 1980, especialmente com o endurecimento da ortodoxia econômica durante os anos de liberalização econômica estadunidense. A ideia principal é que impostos não necessariamente elevam a arrecadação governamental, mas sim, a atrapalham, pois inibem o crescimento econômico após certo ponto. Esta teoria serviu como argumento para que o então presidente dos EUA, Ronald Reagan - e mesmo políticos atuais -, buscasse implementar corte de impostos para os mais ricos, afirmando que, assim, haveria mais investimentos. Entretanto, apesar des-

sa teoria ser, aparentemente, indutiva e simples, ela nem sempre se sustenta na prática, já que são diversos os fatores que influenciam na opção pelo investimento, e não só um aumento de dinheiro disponível. O resultado de experiências similares levadas a cabo foi queda na arrecadação governamental e aumento da desigualdade econômica.

Supunha-se que haveria algum ponto de virada na curva de Laffer, além do qual qualquer aumento de impostos reduziria a receita. O problema é que é difícil saber onde está esse ponto de virada. Com base na crença errônea de que as taxas de imposto de renda e de empresas estavam no lado “errado” da curva de Laffer, muitos países reduziram suas alíquotas no final dos anos 80 e início dos anos 90, apenas para descobrir que suas receitas diminuíram⁷.

Esta teoria econômica, entretanto, é o principal argumento da indústria do tabaco para pedir a queda dos impostos. Argumenta-se que há um limite – e que este já teria sido ultrapassado – para a efetividade dos impostos e que qualquer imposto adicional serviria apenas para aumentar o contrabando, desconsiderando, assim, que os impostos, apesar de visarem maior arrecadação governamental, têm como prioridade a diminuição do consumo de cigarro e a melhoria na saúde da população. Emerge à tona o real interesse da indústria: um aumento de seu lucro em detrimento dos setores da sociedade auxiliados. Vale mencionar aqui que a indústria do tabaco recentemente contratou Arthur Laffer para que ele escrevesse um guia sobre taxaço de tabaco⁸.

Também merece ser questionado o argumento de que seriam os aumentos de preço graças aos impostos os responsáveis pelo aumento de contrabando. O mark-up (aumento de preços dado pela indústria) das indústrias de tabaco quase sempre é feito na mesma época que os aumentos de impostos, mas sempre num valor muito maior, o que faz com que o consumidor culpe o governo pelo aumento, quando o grande responsável pelo aumento dos preços, e de seus lucros dados às empresas, é feito pela própria indústria. Um exemplo disso correu em 2016, na Argentina, quando o aumento voluntário das indústrias do tabaco respondeu por 87% do preço do produto legalizado e os impostos por apenas 13%.

Pelo lado do argumento relacionado à saúde pública, cabe lembrar que o experimento de reduzir impostos, no mundo todo, levou ao aumento do consumo de cigarros. O contrabando não necessariamente diminuiu com essa medida, pois seus preços continuam mais atrativos à classe social que os comprava inicialmente. Sendo que o preço do produto está mais ligado à política de preços da indústria do que aos impostos, a diminuição não será efetiva o suficiente para levar ao fim da aquisição de cigarros contrabandeados. Ademais, o cigarro legal não deve ser associado a um risco menor à saúde, se comparado ao ilegal; ambos oferecem danos à saúde. Segundo Ana Paula Teixeira, analista em Ciência e Tecnologia na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, no Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), “qualquer cigarro faz mal à saúde. Não há diferença quanto aos riscos decorrentes do consumo de cigarros, sejam os vendidos legalmente, sejam os vendidos no mercado ilegal. Qualidade não é um atributo que se possa dar a qualquer tipo de cigarro. Todos causam

doenças graves e fatais aos seus usuários”. Os próprios estudos utilizados pela pesquisa do IDESF que argumentam que as propriedades químicas dos cigarros contrabandeados são piores - “Laudo de Exame Macroscópico” e “Laudo de Exame de Qualidade Microbiológica” - não constam na bibliografia do estudo (somente como anexo) e não foram sequer encontrados por esta pesquisa na internet. Sua referência mínima na bibliografia do IDESF é inexistente. Uma outra pesquisa, feita por graduandos de direito da UNIOESTE, também cita essa referida pesquisa da Dra. Marcondes Rodrigues, mas essa citação também é indireta, sem o título da pesquisa, da revista ou qualquer tipo de menção formal. Esses dados levam a crer que a sua fonte foi o trabalho do IDESF e que este foi apenas reproduzido em sua informalidade e inexistência acadêmica.

Por fim, vale também notar, que Pery Shikida, um dos economistas citado por Moro e co-autor da pesquisa-base do ministro, é Professor Associado da UNIOESTE, atuando no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e virou, durante gestão de Moro, conselheiro do Ministério da Justiça no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Os dados nos induzem a crer que os estudos do GT de Moro sobre impostos, receita governamental e contrabando de cigarros não são baseados em provas científicas per se, mas mais em “convicções” ideológicas e repletas de conflitos de interesses.

¹ Cf. http://siscone.v.com.br/Uploads/ENABER17/Trab01570034922017009_000000.pdf

² IDESF. A Lógica Econômica do Contrabando. 2017,. Disponível em: <http://idesf.org.br/old/assets/uploads/anexos/201712151644075a3417f7c2360.pdf>

³ Como o próprio IDESF se define oficialmente em seu site. <http://www.idesf.org.br/>

⁴ IDESF. 2017, p. 2.

⁵ Ibid. p. 3.

⁶ Ibid. p. 4.

⁷ Cf. TOBACCONOMICS (departamento de grupo de estudos de mais de 30 anos da Universidade de Chicago): Tobacco Taxes & Government Revenues: Increasing Tobacco Taxes Significantly Will Increase Revenues, 2018, p. 4 Disponível em: https://tobacconomics.org/wp-content/uploads/2018/10/Laffer-Curve-Policy-Brief_Final-Web-Version.pdf.

⁸ LAFFER, A. Handbook of Tobacco Taxation: Theory and Practice. San Francisco: Pacific Research Institute; 2014. Citado In: https://tobacconomics.org/wp-content/uploads/2018/10/Laffer-Curve-Policy-Brief_Final-Web-Version.pdf, p.5.

⁹ Cf. TOBACCONOMICS, 2018, p. 6.

¹⁰ Cf. <https://saudebrasilportal.com.br/eu-quero-parar-de-fumar/atencao-legal-ou-ilegal-ci-garro-faz-mal-a-saude>

¹¹ Cf. https://www.researchgate.net/publication/332742360_O_CONTRABANDO_DE_CIGARROS_NA_FRONTeira_BRASIL-PARAGUAI

Anufood – A Indústria do Tabaco dentro de uma feira de Alimentos e Bebidas

Por Marília Albiero

O Anufood foi uma feira para o setor de alimentos e bebidas organizado por pela FGV Projetos e co-organização da Fiesp que aconteceu em São Paulo nos dias 12 a 14 de março de 2019.

Em seminário interno desta feira, as falas do William Dib, presidente da Anvisa e do Wilson Mello, Presidente do Conselho da ABIA não revelaram nenhum detalhe adicional de seu posicionamento alinhado e mais favorável ao modelo de semáforo para a rotulagem frontal dos alimentos. (Para maiores detalhes há uma matéria detalhada do Joio e o Trigo: <https://bit.ly/2Uy0WN6>)

Porém, em meio a vários stands de empresas produtoras de alimentos como BRF, Nestlé e JBS cujo principal objetivo era expor seus produtos e marcas, havia um stand um tanto curioso. Intitulado de “Future of Brands” e com aparência de um parque de diversões com quiosques macabros despertava a curiosidade dos visitantes.

No primeiro contato, um dos expositores explicou que a intenção era provocar esta curiosidade e que eles eram provenientes da indústria de tabaco. Seu maior objetivo era alertar a indústria de bebidas e de alimentos de todas as consequências negativas e os impactos financeiros do negócio que a indústria de tabaco sofreu em consequência da forte regulação nos últimos anos em vários países para que não acontecesse o mesmo com estes setores. “Regulação excessiva é uma estrada escorregadia”, assim descrito em muitos materiais entregues.

O primeiro exemplo apresentado pelo expositor foi o de embalagens padronizadas de maços de cigarro enfatizando que esta medida, além de ter gerado perda de valor das marcas ainda intensificou o mercado ilícito de produtos falsificados. Em seguida, mostrou um exemplo para uma bebida destilada com rótulo padronizado que também sofreu sérias perdas financeiras geradas pela falsificação.

Um relatório denominado de “Plain Packaging 2017” foi entregue e elaborado por uma consultoria denominada Brand Finance (www.brandfinance.com) que se declara como consultoria independente para a avaliação de negócios e estratégia. Neste relatório apresenta o impacto nas marcas e no valor de mercado de 8 grandes empresas globais como Nestlé, CocaCola, Danone, Mondelez, pepsico, ABInbev entre outras ao terem seus elementos marca serem removidos, chegando a um valor de USD 187 bilhões em perdas estimadas (https://brandfinance.com/images/upload/brand_finance_plain_packaging_report.pdf).



Plain Packaging 2017

Brand Impact Analysis
December 2017

Fig. 1 - Implied Loss for Analysed Brand-Owning Companies in the Sample if Plain Packaging Enacted Globally



Prosseguindo no stand, a visão da proposta do stand ficou mais clara. Como já muitas vezes expostos pela própria OMS e também pelos defensores de saúde, a indústria de alimentos e de bebidas alcoólicas estão reproduzindo as mesmas táticas da indústria de tabaco para barrar a regulação. O quiosque denominado de “The Wheel of Misfortune” apresentava uma roleta mostrando as principais políticas públicas (embalagem padronizada, tributação, restrição ao marketing) tendo como principal alvo produtos como bebidas alcoólicas, salgadinhos e bebidas açucaradas.



No final o expositor apresentou que a iniciativa era promovida pela Japan Tobacco Industry e aconselhou o acompanhamento desta iniciativa pelo site: <https://thefutureofbrands.com/> .

O site apresenta o acompanhamento do avanço regulatório em vários países e por segmento e já na abertura do site podemos encontrar a seguinte declaração:

“A regulação excessiva está em ascensão. Não importa em qual setor você trabalhe, seus efeitos afetarão você. Exemplos recentes mostram que excesso de regulamentação não melhora as coisas. Esta abordagem equivocada leva a marcas, empresas e setores inteiros. A boa regulação acontece quando ela é bem pensada, com uma consulta adequada, levando em consideração todas as possíveis consequências. Se você está preocupado com a proteção de suas marcas e seus negócios ou se simplesmente acredita na liberdade de escolha dos consumidores, nós o convidamos a participar do debate”.

O que podemos concluir é que a medida a regulação de produtos não saudáveis está ganhando envergadura em vários países, a união de forças destes setores regulados está cada vez mais forte, explícita e utilizando de estratégias agressivas principalmente em seus mercados onde seu tamanho e suas margens de lucros são maiores.

Conhecendo a ABIR: visitando as incoerências entre seu Código de Ética e a real conduta.

Por Bruna Hassan

A Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (ABIR) inicia sua trajetória em 1950, no Rio de Janeiro, ainda como Associação dos Industriais de Bebidas Refrigerantes¹. A mudança de nome faz parte da incorporação de novas bebidas ao setor. De néctares a achocolatados, passando por águas, chás e energéticos, entre suas associadas estão incluídas grandes corporações transnacionais, como a AB InBev (conhecida como AMBEV), a Heineken, a Coca-Cola e a Redbull. Juntas, controlam a maior parte do mercado nacional de bebidas não alcoólicas.



Embora produtores de bebidas menores componham a ABIR, ao entrar no seu sítio eletrônico², a página faz parecer que a associação é composta majoritariamente por produtores pequenos, ao invés de grandes grupos que dominam o setor. A Coca-Cola, por exemplo, está representada diversas vezes na página³ com a informação de suas subsidiárias apresentadas separadamente⁴. As marcas de água Minalba e Indaiá aparecem também separadas no site, porém ambas pertencem ao Grupo Edson Queiroz, líder nacional do setor de águas minerais⁵, que nem ao menos é citado. Recentemente, o Grupo adquiriu em acordo de licenciamento as operações das marcas de água da Nestlé⁶, que também aparece separadamente na página da ABIR. Bem verdade, a ABIR não representa todos os fabricantes de bebidas não alcoólicas. Ficam de fora diversos pequenos e médios produtores. Desde 2005, esses produtores são representados pela Afrebras (Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil), associação que se reúne para fazer frente ao oligopólio das gigantes do setor⁷.

A ABIR possui um Conselho de Ética e Compliance que tem a função de monitorar e fazer cumprir o que consta em seu Código de Ética e Conduta⁸ de 2017, que estabelece regras de conduta para a associação e seus associados. Contudo, foram observadas diversas incoerências entre o que é previsto em seu código e a prática da associação. A exemplo disso, recentemente, a ABIR distribuiu nos gabinetes de parlamentares do Congresso Nacional uma nota com diversos argumentos contrários ao Projeto de Lei 2183/2019⁹, que prevê aumento no tributo sobre bebidas açucaradas através de uma CIDE¹⁰. Embora contestar o projeto não pareça de todo problemático – afinal, a ABIR está defendendo os interesses do setor – o documento traz uma série de argumentos que distorcem dados publicados e evidências científicas.

A nota é carregada de argumentação com retórica distorcida sobre evidências científicas, além manipulação de informações. Os argumentos vão desde colocar a associação como grande benfeitora e perseguida, apontar as escolhas individuais como solução e a intervenção do Estado como problemática. Parece que a nota já tem surtido efeitos positivos, com posicionamentos de parlamentares que mantêm os privilégios deste setor. Ponto para a indústria!

A nota vai de encontro ao que está determinado no seu código, que coloca como objetivo maior a promoção de um “ambiente de negócios ético, transparente e que fomente o desenvolvimento sustentável, gerando valor para todas as pessoas e para o Brasil”. Entre os objetivos do Código, apesar de a ABIR “defender uma postura de transparência plena junto aos seus interlocutores”, sua nota confunde os parlamentares, com informações falsas de que a tributação não funciona. Cita que não há evidências acerca da efetividade do aumento de tributos sobre bebidas açucaradas e usa os exemplos de Berkeley (EUA), México, Hungria e Grã-Bretanha. Na verdade, já existem sim evidências favoráveis sobre o impacto da tributação para Berkeley, Hungria e México. Estudo de Silver et al. (2017) mostrou redução de cerca de 10% no consumo das bebidas tributadas e aumento no consumo de água (15,6%) e frutas, vegetais e chás (4,37%) em um ano¹¹. No caso do Reino Unido,

ainda não houve tempo de obter evidências, pois o imposto foi implementado recentemente (Abril de 2018).

Em outro argumento da nota, contesta o consumo de bebidas açucaradas como fator de risco relevante para obesidade, usando a narrativa de que a doença é multifatorial, ou seja, causada por uma série de determinantes e não só pelo consumo destas bebidas. Além do entendimento teórico de que qualquer doença é multifatorial, as evidências sobre essa relação são bastante robustas e já bem documentadas na literatura científica. Mais uma vez, o Código de ética da ABIR não condiz com sua postura real, que usa esse argumento de forma massiva. E nada transparente. Em audiência na Câmara dos Deputados para discutir o aumento de tributos sobre bebidas açucaradas¹² o presidente da ABIR, Alexandre Jobim, trouxe esse mesmo argumento, bem como defendeu o combate às doenças crônicas não transmissíveis “com a seriedade que o problema exige”. Apesar disso, trouxe uma aparente solução ao que não parece ser problema da indústria: “Importante mencionar que a indústria não está parada. Nunca tivemos uma gama tão grande de produtos, de portfólio, à escolha do consumidor. Formamos uma parceria inédita entre indústria de alimentos, de bebidas e o Ministério da Saúde para reduzir açúcar nos produtos até 2022. Investimos no esporte, na inovação, em diretrizes de marketing infantil responsável. Imposto não fabrica saúde”¹³.

Para lembrar, no final do ano passado a ABIR assinou – junto com outras associações do setor de alimentos¹⁴ – acordo com o Ministério da Saúde de redução voluntária do conteúdo de açúcar de 23 categorias de alimentos ultraprocessados. Isso se traduz em 68 indústrias, que compõem 87% do mercado nacional¹⁵. Apesar do grande alarde da imprensa sobre a redução de 145 mil toneladas de açúcar, mais da metade dos produtos ficarão de fora do acordo. O refrigerante mais consumido da Coca-Cola é um deles¹⁶.



A ABIR também se retira da responsabilidade quando diz na nota distribuída no Congresso que apenas 19% do açúcar é oriundo da indústria de alimentos, desconsiderando que a participação dos açúcares de ultraprocessados já se modificou e vem aumentando¹⁷, além de não condizer com sua argumentação na própria nota de que tem feito esforços para retirar o açúcar dos seus produtos. Ligando os pontos, se a participação dos açúcares dos ultraprocessados na dieta brasileira é tão baixa, a proposta de acordo fomentada pela própria indústria nem seria necessária. Quando voltamos ao seu Código de ética, nos objetivos de defesa de um estilo de vida saudável, propõe que suas associadas devem “adotar diversificadas posturas de estímulo ao consumo alimentar responsável, para que hábitos equilibrados sejam incorporados no cotidiano de seus consumidores”. Em nada sua prática condiz com uma postura responsável e preocupada com a saúde dos seus consumidores.

No seminário “Alimentos 2030” da Anufood, promovido pelo ITAL, o vice-presidente da ABIR, Pedro Rios, declarou que “A indústria tem sido cada vez mais transparente e eficiente na comunicação com o consumidor. Por isso, entendemos a customização como uma tendência real para oferecer soluções diferentes, para as mais variadas ocasiões, de acordo com a necessidade das pessoas. É papel da indústria levar ao mercado mais e mais produtos saudáveis, mas também é preciso equilibrar a oferta para atender a diversos paladares”¹⁸.

A argumentação de que o consumo excessivo de bebidas açucaradas é um problema individual é recorrente. No Congresso Wellfood Ingredients o presidente da ABIR fez a seguinte declaração “Todos nós queremos uma vida mais saudável. Mas é importante que o consumidor tenha o direito de escolher. Se esses alimentos fossem nocivos, eles seriam proibidos. O consumo excessivo é outro assunto”¹⁹. Em sua nota, a ABIR defende que o que resolverá o problema do crescimento das doenças crônicas é a “educação alimentar, alinhada com hábitos saudáveis de vida, especialmente exercícios físicos”.



No item responsabilidade legal e regulatória do seu Código de Ética, a associação é enfática em dizer que “é dever de todos os integrantes da ABIR promover uma ampla discussão sobre saúde e bem-estar, debatendo formas de estimular a vida saudável com a sociedade, oficiais do governo e instituições públicas [...]. Devem, portanto, elaborar e fornecer estudos, dados e informações técnico-científicas aos seus stakeholders”. Isso não condiz com o objetivo primordial do próprio Código, que é “ser a defesa dos interesses setoriais”²⁰. Assim, os interesses do setor estão como objetivo acima do debate com a sociedade sobre estímulo a vida saudável.

Outro ponto argumentado na nota e que vai de encontro ao seu código é a desinformação que a ABIR tem promovido com os resultados da pesquisa VIGITEL. Usam o argumento de que o consumo de refrigerantes vem caindo e a obesidade vem crescendo, o que fala em favor de que não existe nenhuma relação causal entre eles. Argumento fácil para o leigo entender e difícil para os pesquisadores explicarem. Novamente, atuam de forma desonesta e nada ética.

A ABIR finaliza sua nota em tom ameaçador, retratando o argumento de prejuízos à economia como fruto da tributação de seus produtos. “O aumento dos custos à indústria, com a criação da CIDE, resultará na redução de outros custos que poderão ser prejudiciais à população, tais como a redução de investimentos e de postos de emprego, assim como, em última instância, a migração das indústrias para países com menor tributação. Se não bastassem os prejuízos ao consumidor final, toda a cadeia produtiva será afetada: agricultores, fabricantes, comerciantes e distribuidores.” Já se sabe que a tributação não causa tais perdas. Modelo de simulação observou aumento de empregos em Illinois (4.406) e Califórnia (6.654) após acréscimo de 20% nos tributos das bebidas açucaradas, com migração de empregos para outros setores da indústria e governo²¹. Após a medida fiscal ter sido implementada no México estudo observou que os empregos e horas trabalhadas aumentaram²². Argumento nada transparente e, portanto, antiético perante o que é estabelecido no próprio código da ABIR.

Uma vez que a “reputação de honestidade da ABIR é um ativo valiosíssimo”, a associação urgentemente precisa repensar algumas práticas e sua conduta perante a sociedade. Vale aqui lembrar o levantamento feito pelo O Joio e o Trigo, que apresentou outro problema ético relacionado a conflitos de interesses envolvendo o presidente da associação e seu pai, Nelson Jobim²³. A postura ética proposta pela ABIR deveria sair do papel, pois ao que parece, a mesma tem praticado qualquer conduta, visando atender ao seu objetivo central de garantir a prosperidade do setor a todo custo.

1. Disponível em: <https://abir.org.br/a-abir/quem-somos/>

2. Lista de associados em: <https://abir.org.br/associados/nossos-associados/>

3. Disponível em: <https://www.cocacolabrazil.com.br/nossos-fabricantes>

Disponível em: <https://abir.org.br/associados/nossos-associados/>

4. As subsidiárias que representam a Coca-Cola no site são: Coca-Cola Andina, Brasal Refrigerantes, Grupo Simões, Coca-Cola FEMSA, CVI Refrigerantes, Leão Alimentos e Bebidas, Coca-Cola Refrescos Bandeirantes, Uberlândia Refrescos, Sorocaba Refrescos, Vonpar, Solar Coca-Cola e a marca de energéticos Monster Energy.

5. Disponível em: <https://sites.google.com/site/admsicocacola/missao/participacao-no-mercado>
6. Disponível em: http://www.edsonqueiroz.com.br/pages/destaque_marcas_minalba.asp
7. Disponível em: <https://afrebras.org.br/perfil/>
8. O documento foi disponibilizado no site da associação: <https://abir.org.br/abir/wp-content/uploads/2018/11/2017-11-29-AGO-Codigo-Etica-site.pdf>
9. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136266>
10. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
11. Silver LD Ng SW, Ryan-Ibarra S, Taillie LS, Induni M, Miles DR, et al. Changes in prices, sales, consumer spending, and beverage consumption one year after a tax on sugar-sweetened beverages in Berkeley, California, US: A before-and-after study. PLoS Med 14(4): e1002283.
12. A audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família ocorreu em 11 de dezembro de 2018 e discutiu o Projeto de Lei 8541/2017, de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que prevê aumento na alíquota de IPI sobre bebidas açucaradas.
13. Disponível em: <https://abir.org.br/abir-debate-na-camara-sobretaxacao-de-bebidas-acucaradas/>
14. Abia (Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação); Abimapi (Associação Brasileira da Indústria de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados); VIVA LÁCTEOS (Associação da Indústria de Látex)
15. Disponível em: <https://abir.org.br/em-iniciativa-inedita-industrias-de-alimentos-e-bebidas-lancam-plano-de-reducao-voluntaria-de-acucares/>
16. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2018/11/27/principais-produtos-ficam-de-fora-de-acordo-para-reducao-de-acucar.htm>
17. Canella DS, Levy RB, Claro RM, et al. Consumo alimentar: muito açúcar (1987-2009). In: Monteiro CA; Renata Bertazzi Levy RB. (Org.). Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: de Geisel a Dilma. 1ed. São Paulo: HUCITEC: NUPENS/USP. 2015;1:43-55.
18. Disponível em: <https://abir.org.br/abir-participa-do-seminario-alimentos-2030-promovido-pelo-ital-na-anufood/>
19. Disponível em: <https://abir.org.br/abir-debate-sobre-os-novos-rumos-da-industria-bebi-das-nao-alcoolicas-na-wellfood/>
20. Disponível na sessão “Práticas de conformidade Corporativa – Cultura Institucional da ABIR”
21. Powell et al. Employment impact of sugar-sweetened beverage taxes. Am J Public Health. 2014 Apr;104(4):672-7.
22. Guerrero-López CM et al. Employment changes associated with the introduction of taxes on sugar-sweetened beverages and nonessential energy-dense food in Mexico. Prev Med. 2017 Dec;105S:S43-S49.
23. Disponível em: <https://outraspalavras.net/ojoioeotriga/2017/10/com-coca-tudo-fica-em-familia/>

Táticas da indústria no processo de revisão da rotulagem de alimentos – Exercitando a análise no caso brasileiro

Por Camila Maranhã

Processos de implementação da rotulagem frontal de alimentos vêm acontecendo mundo afora, conforme apresenta documento publicado nesse ano pelo World Cancer Research Fund International (WCRF), chamado *“Building momentum: lessons on implementing a robust front-of-pack food”*¹.

Este documento busca municiar formuladores de políticas com orientações gerais sobre como criar rotulagem frontal robusta de alimentos para ajudar a superar questões de falta de políticas, bem como de proteger contra desafios legais e não jurídicos, incluindo táticas comuns usadas pela indústria. São apresentados estudos de caso de países que estão em processo ou que já implementaram um rótulo para a parte frontal da embalagem. Chama atenção no documento a proposta de

classificação das táticas das indústrias em quatro categorias: atrasar, dividir, desviar e negar (4D no inglês: *delay, divide, deflect e deny*).



Proposta de categorização de táticas da indústria apresentada pelo WCRF (2019) em relação à revisão da rotulagem de alimentos: Atrasar, Dividir, Desviar, Negar

Nesse sentido, torna-se interessante olharmos para o processo em curso no Brasil de revisão da rotulagem dos alimentos à luz dessas táticas das indústrias, a fim de entender melhor o que está em jogo e as dificuldades enfrentadas².

O processo de revisão começou em 2014, com a criação de um grupo de trabalho composto por representantes de organizações da sociedade civil (incluindo Idec, CFN e universidades), da indústria de alimentos (incluindo Abia e Abiad) e de governo (incluindo MDS e Consea). Desde então podem ser acompanhadas diferentes táticas usadas pela indústria conforme apresentadas a seguir.

Ações de “Atrasar”, tal como apresentado pelo documento do WCRF, dizem respei-

to a estratégias de postergar tanto a formulação como implementação de políticas de regulação. Nesse caso, pode ser citada a liminar obtida pela ABIA (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos) para postergar o prazo de encerramento da Tomada Pública de Subsídios da ANVISA³. No parecer técnico-jurídico do Escritório Magalhães e Dias Advocacia, submetido pela ABIA, recomenda-se, “para remir erros e inconsistências claras no Relatório de AIR (Análise de Impacto Regulatório) e, assim, para evitar a nulidade da Tomada de Pública Subsídios e subsequente Consulta Pública, a adoção das seguintes providências: 1) aprofundamento, com a obrigatória inclusão do modelo de Semáforo Nutricional, dos estudos e testes que serão feitos perante a população Brasileira”. Nesse sentido, exigem a inclusão do modelo que defendem no relatório da ANVISA, bem como mais estudos e testes, o que acabaria por atrasar ainda mais o processo de revisão.

REDE ROTULAGEM

Imagem da Rede Rotulagem e de suas entidades e de evento "Direito à Informação na Rotulagem de Alimentos", promovido por esta em 2018⁴

que aconteceu em novembro de 2018 em parceria com o Valor Econômico, outro exemplo foi o workshop “Desafio e Escolhas Alimentares da População Brasileira” organizado pela ABIA na Casa Quintal, em São Paulo em 2017, em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, que contou com a presença de representantes do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), da Sociedade Brasileira de Nutrição (SBAN) e da Associação Brasileira de Nutrição Esportiva. Essas parcerias com organizações aparentemente desvinculadas de interesses comerciais, como aquelas profissionais, contribuem para dividir a opinião desses atores. Entretanto, desde o período de formulação do Guia Alimentar para a População Brasileira de 2014, coletivos como estes vêm atuando de forma conjunta, em oposição à classificação NOVA, de alimentos baseada no propósito do processamento⁶. De acordo com o Relatório anual da ABIA de 2017, junto à descrição desse evento, consta que durante esse ano, na Semana Mundial de Alimentação ocorreu a estreia da ABIA nas redes sociais com a campanha Sua liberdade de escolha⁷.



Workshop “Desafio e Escolhas Alimentares da População Brasileira” organizado pela ABIA em 2017⁸

Já as ações de “Desviar”, seriam aquelas usadas para mudar o foco do debate, por exemplo indicando que os rótulos assustam as pessoas e que o perfil nutricional é muito restritivo. Um bom exemplo disso foi a publicação, em outubro de 2017 de

um texto de opinião na seção de “tendências e debates” da Folha de São Paulo, assinado pelo então diretor da ABIA, Edmundo Klotz, e atual diretor da ABIR, Alexandre Jobim, com o título de “Rotulagem nutricional: objetivo é informar ou amedrontar o consumidor?”⁹. No mesmo os autores defendem “O que nos assusta, neste momento do debate, é a defesa de um modelo que pouco acrescenta de informação para o consumidor (...) a proposta, que tem recebido manifestações favoráveis de alguns setores, simplesmente assusta o consumidor. Trabalha a mensagem do medo, do alerta, do perigo.”. Outro exemplo, conforme levantamento feito pelo O Joio e o Trigo¹⁰, em um intervalo de algumas semanas, a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia) mostrou três estimativas diferentes sobre o suposto impacto negativo da medida de colocação de advertências sobre excesso de sal, açúcar e gorduras nos rótulos dos alimentos, além de ter mudado de posicionamento, passando a admitir a eficácia das advertências, antes tidas como inútil. Além disso, outra possível estratégia desse tipo pode ter sido o fato que ocorreu antes mesmo do lançamento oficial do Relatório Preliminar de Análise de Impacto Regulatório da ANVISA, o relatório favorável às advertências frontais ter vazado dois dias antes do previsto, no dia 19 de maio, tendo sido publicado pelo jornal Folha de São Paulo. No dia seguinte foi encaminhada à Anvisa uma carta assinada por 19 entidades do setor privado pedindo esclarecimentos, dizendo terem recebido “com perplexidade” a notícia. A Anvisa abriu sindicância para identificar os culpados, mas até hoje não se descobriu o responsável pelo vazamento do relatório.

Por fim, ações de “Negar” dizem respeito a negar que existe evidências em quantidade e qualidade suficientes para adotar outros modelos e argumentar que não há consenso global no rótulo mais efetivo. É desconsiderado pela indústria que, no âmbito do Mercosul, Ministros da Saúde assinaram uma declaração na qual defenderam a adoção das advertências¹¹. A medida foi proposta pelo governo brasileiro em uma declaração assinada em junho de 2018, pelos ministros da saúde à época do Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e o do Chile. Além disso, não comentam o fato de que o modelo defendido, do semáforo nutricional, já foi criticado por Mike Rayner, um dos criadores do semáforo britânico, após ter conduzido estudos que chegaram à conclusão de que esse sistema tem baixa efetividade. O pesquisador inclusive aderiu a um abaixo-assinado que pede que a Anvisa adote os sinais de advertência¹².



Imagens da Carta aberta à ANVISA da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável¹²

O processo de revisão da rotulagem de alimentos no Brasil nos oferece assim um bom exemplo para analisar essas ações da indústria. Mas não é de se espantar que, quando o tema é regulação haverá resistência por parte da indústria. Conforme já mostrado em estudos de controle do tabagismo, a interferência da indústria do tabaco foi considerada o maior obstáculo para implementação de medidas baseadas em evidências para se reduzir o consumo dessa substância. Conforme já sinalizado por Ulucanlar et al (2016), os objetivos da indústria do tabaco frente as políticas são: derrotar, postergar; enfraquecer, acabar; revirar e evitar – tudo procurando garantir que não haja impacto negativo nos negócios¹³.

Nesse sentido, pode emergir a dúvida aqui sobre o que podemos fazer em defesa de uma rotulagem frontal de alimentos adequada? Conforme descrito no relatório do WCRF (2019)¹, é preciso: estar preparado com evidências, considerar o contexto local com cuidado, ser estratégico, desenvolver uma sólida base de apoio, analisar criteriosamente o modelo de rotulagem, estar preparado para contra movimentos. No âmbito da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável temos atuado de diferentes formas nesse sentido em defesa e apoio ao modelo de advertência frontal proposto pelo IDEC com o apoio de pesquisadores da UFPR. É possível acessar todo o conteúdo da campanha por uma Rotulagem Adequada Já no site da Aliança¹⁴. Fazem parte das ações: a sensibilização e mobilização da população sobre o que está em jogo, convidando todos a se engajarem nesse processo, divulgação e tradução de evidências que sustentam esse modelo, bem como materiais de posicionamento e de descrição do processo decisório, dando transparência e foco ao tema. Temos uma petição online que está com a meta de chegar a 100 mil assinaturas de manifestação de posição favorável à adoção da proposta de rotulagem nutricional frontal para a Anvisa¹⁵.

Atualmente, estamos no período final de realização das reuniões da ANVISA e do debate interno de aperfeiçoamento e detalhamento das opções normativas, para, em seguida, ser publicado o Relatório Final de Análise de Impacto Regulatório, que subsidiará as decisões sobre o conteúdo da proposta de regulamentação, que será submetida à consulta pública, prevista para acontecer em setembro. É fundamental que todos participemos desta.



Processo em curso na ANVISA de revisão da rotulagem de alimentos – Consulta pública está prevista para setembro de 2019

De tudo isso podemos concluir que quem hoje em dia trabalha em prol da promoção da alimentação adequada e saudável precisa se haver com um grande leque de ações políticas corporativas que se colocam como verdadeiros obstáculos a esse objetivo. Não basta se ter conhecimento técnico de qualidade, mas é preciso também estar atento aos movimentos de interferência em políticas e na opinião pública de grandes transnacionais produtoras de commodities não saudáveis.

1. Segunda edição da série de relatórios que tem por objetivo ajudar os formuladores de políticas a superar as barreiras comuns à implementação de políticas nutricionais baseadas em evidências. Disponível em: <https://www.wcrf.org/sites/default/files/PPA-Building-Momentum-Report-2-WEB.pdf>
2. Sugerimos como leitura adicional o texto “Como funciona o lobby da nestlé, unilever e danone para esconder o excesso de sal, gordura e açúcar nos rótulos”, que analisa esse processo usando outra abordagem metodológica, disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/14/rotulos-lobby-nestle/>
3. Mais informações em: <https://outraspalavras.net/ojoioeotrigo/2018/07/industria-consegue-liminar-para-atrasar-debate-sobre-alertas-em-alimentos/>
4. Foto do evento retirada de: <https://www.valor.com.br/patrocinado/rede-rotulagem/seminarios-valor/especialistas-defendem-rotulagem-de-alimentos-informativ>
5. Disponível em: https://www.abia.org.br/vsn/tmp_2.aspx?id=383
6. Carvalho, C. M. P. Processo de construção do guia alimentar para a população brasileira de 2014: consensos e conflitos. Tese (doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. 2017. 209 f.
7. Disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z201843relatorioABIA2017.pdf>
8. Imagens retiradas de: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z201843relatorioABIA2017.pdf>
9. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/10/1927595-rotulagem-nutricional-objetivo-e-informar-ou-amedrontar-o-consumidor.shtml>
10. Ver texto “Indústria cai em contradição sobre efeitos da rotulagem de alimentos”, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/o-joio-e-o-trigo/industria-cai-em-contradicao-sobre-efeitos-da-rotulagem-de-alimentos>
11. Notícia do portal do Ministério da Saúde: “Mercosul terá rótulo frontal de alerta em alimentos” de junho de 2018: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43589-merc-sul-tera-rotulo-frontal-de-alerta-em-alimentos>
12. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2018/03/carta-especialistas-com-referencias.pdf>
13. Ulucanlar S, Folks GJ, Gilmore A. The Policy Dystopia Model: An interpretive analysis of the tobacco industry political activity. PLOS Medicine 13(9): e1002125. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1002125>
14. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/campanhas/rotulagem/>
15. Assine a petição aqui: <https://alimentacaosaudavel.org.br/campanhas/rotulagem/#close>

BOLETIM DE MONITORAMENTO